

Capítulo 11 – A memória como coisa do passado e do futuro: o poder associado à atribuição de nomes e memória coletiva

Yasmine Hamdi Iza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

IOZA, Y. H. A memória como coisa do passado e do futuro: o poder associado à atribuição de nomes e memória coletiva. In: MARTINS, B.S., SANTOS, A.C., and LOPES, S., eds. *As sociedades contemporâneas e os direitos humanos* = Contemporary societies and human rights [online]. Ilhéus: EDITUS, 2018, pp. 275-300. ISBN: 978-85-7455-525-6.
<https://doi.org/10.7476/9788574555256.0015>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



CAPÍTULO 11

A memória como coisa do passado e do futuro: o poder associado à atribuição de nomes e memória coletiva

*Yasmine Hamdi Loza**

A memória não se lembra, mas recebe a história que sobre ela se derrama. É deste modo que a beleza, beleza passada renascida numa canção desajustada ao contexto do momento, se torna trágica? Uma nação, marcada a ferro e desmoronando-se no diálogo da vontade humana contra o aço; uma nação, erguendo-se com uma voz altiva vinda dos céus — uma voz singular que une o que não pode ser unido e que aproxima o que não pode ser aproximado. A capacidade de falar fugiu para muito, muito longe. Pegou nas suas palavras e desapareceu. Esta voz não é a voz da nossa tortura, não é a voz da loucura.

Mahmoud Darwish (1995)

Introdução

No presente capítulo, pretende-se explorar a contínua perpetuação ou construção da memória através de estruturas de poder que influenciam ou moldam a consciência e a ação sociais, com particular enfoque no Egito. Numa era governamental pós-colonial e num mundo de crescentes disparidades políticas, sociais e econômicas, as desigualdades, discriminações e divisões perpetuadas através de certos esquemas de memória estabelecidos nas práticas nacionais têm de ser evidenciadas e questionadas para permitir a

* Aluna do Doutorado Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas, Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra. *E-mail*: <yasmine.hamdi.loza@gmail.com>.

capacitação de (uma) memória(s) *alternativa(s)* como agente(s) de mudança e emancipação. A análise da presença ideológica e física da memória no Cairo e no Egito contemporâneos realça a poderosa ligação que existe entre a política e o poder associada à atribuição de nomes a espaços públicos e à datação/recordação da *história* nacional. Os discursos influentes, os meios através dos quais estes são produzidos e a respectiva capacidade de, simultaneamente, retratar e transformar o modo como a política e o poder formal e informal, associado à atribuição de nomes, funcionam na sociedade — glorificando ou silenciando histórias do passado — mostram até que ponto as representações e os registros do passado histórico moldam continuamente os esquemas mentais, a consciência social e as lutas políticas relativamente à transformação e aos direitos humanos.

O potencial da memória como condicionadora do futuro, em oposição à memória como passado estanque e inescapável, é o foco de uma potencial transformação social, de uma identidade e representação cultural autodefinida. Os discursos de poder hegemônicos que regem a sociedade e o espaço público são analisados em termos do respectivo poder de sinalizar aquilo que é o orgulho nacional e a vitória, e também em termos daquilo que *recordam* e que tornam visível. Rothberg (2009, p. 3, tradução nossa) descreve uma “linha direta entre a lembrança do passado e a formação da identidade no presente”, a “articulação do passado na memória coletiva como luta pelo reconhecimento em que só pode haver vencedores e vencidos” — e a violência e injustiça que tais desequilíbrios epistemológicos de conhecimento acarretam. Ao mesmo tempo, enquanto a designação de espaços públicos, praças, estátuas, edifícios e ruas glorifica um determinado passado ou elemento da identidade nacional, a infraestrutura urbana também silencia a derrota, as minorias que não se enquadram nas categorias principais de *cidadania*, bem como os nomes de ditadores derrotados, desse modo constantemente reproduzindo e definindo a hegemonia

nacional. O poder contemporâneo das narrativas alternativas “da base para o topo”, incluindo arte de rua, ativismo nas redes sociais e relatos individuais por escrito, é explorado pela respectiva capacidade de ocupar de forma gráfica e visível esses espaços públicos que as silenciam. Sinalizadores adequados das lutas nacionais são atos e mecanismos de resistência e reconstrução da memória, que abraçam identidades inclusivas multidimensionais, moldando a consciência e a ação sociais, em vez de perpetuarem a hegemonia de narrativas passivas, que enfrentam formas duplas, ou mesmo triplas, de patriarcado e repressão.

A análise teórica explora a memória como uma reconstrução constante de um passado, na especificidade de um país do Sul Global ou do dito terceiro mundo, cujo passado histórico e realidades modernas se confrontam na Memória e na sua produção de narrativas de influência, que têm de ser reconhecidas como *coisa do futuro*. A questão da produção de conhecimento e memória é analisada a partir de um quadro temporal alargado de identidade nacional, de um passado antigo a um país moderno com dificuldades num mundo de hierarquias e estruturas de poder que dominam os mecanismos e regimes de verdade. O caso do Egito não é isolado, nem em relação a outros países árabes ou africanos, nem em relação a países europeus. Cada cidade e respectiva designação de espaços públicos, pontes, estátuas de figuras ilustres e feriados nacionais refletem um determinado mecanismo ideológico do poder que o cria e o torna digno de glorificação, celebração e reconhecimento. Ao definir uma única história, são silenciadas existências e lutas à margem desse enquadramento. Rothberg (2009, p. 14, tradução nossa) apela a uma “memória multidimensional”, simultaneamente “coletiva e histórica, ainda que nunca divorciada dos indivíduos e das respectivas biografias”, e questiona o que a esfera global considera “mais perturbador” nas violações dos direitos humanos. A consciência pública requer uma análise da apropriação da memória, da política e das posições epistemológicas que assume

e perpetua, admitindo que escolhe uma determinada história e, por conseguinte, um determinado futuro, que considera dignos de reconhecimento e recordação.

A injustiça, o silêncio e a “consciência da inevitabilidade de desajustamento [...] [exige] a rearticulação da relação histórica para além dos paradigmas de singularidade” (ROTHBERG, 2009, p. 14, tradução nossa). As narrativas não podem também ser centralizadas em oposição umas às outras, nem como esforço individual, mas sim como esforço coletivo e contínuo. O ato de produzir Memória tem um poder transformativo, especialmente em lutas contra-hegemônicas pelos direitos civis, que ocupam o silêncio com som e atuam como oposição aos dispositivos formais do Estado. No caso do Egito, para efeitos do presente capítulo, as reflexões sobre os dispositivos dominantes de construção e sinalização da memória, e a política de memória contemporânea “*a partir de baixo*” que se lhes opõe e os questiona, estão a ser avaliadas num momento de perturbação e transformação política e de recorrentes violações dos direitos humanos.

São examinados estudos de caso sobre a produção e utilização de espaços públicos, bem como a atribuição e alteração do nome de praças, monumentos, datas relevantes e feriados nacionais, para demonstrar o modo como as estruturas “do topo para a base” e as produções históricas de orgulho nacional são impostas, silenciando outras. Simultaneamente, o aumento da presença *informal* de narrativas contemporâneas do passado e da memória, assim como a atribuição de nomes diferentes no domínio público, incluindo na arte, no grafite revolucionário e nas redes sociais, que os questionam produzindo novos sinalizadores de memória e identidade, também têm impacto direto na consciência coletiva e na ação social. Deste modo, a Memória é analisada em termos da sua política apropriativa

como dispositivo nacional do Estado, explorando o *poder de atribuir nomes* na acepção daquilo que pretende revelar e glorificar e do que pretende esconder e silenciar, se não mesmo extinguir completamente. Evoca-se a relação entre memória e consciência social coletiva e individual para realçar a capacidade influenciadora e transformativa de reivindicar narrativas individuais e coletivas do passado histórico.

As ideologias repetidas, sustentadas pela memória coletiva nacional, intimidam as liberdades básicas, excluem as minorias étnicas e religiosas, além de apagarem e suprimirem a realidade do presente político através da instrumentalização do passado. A globalização, o capitalismo, o patriarcado e as desigualdades sociais contaminam em grande parte o que é recordado e o que é silenciado — gerando apatia política no que toca a essas disparidades e violações dos direitos humanos. Construindo e tomando consciência do potencial futurista da memória, a memória torna-se uma forma de emancipação. A construção constante de narrativas múltiplas que induzam à participação como eventos políticos não isolados expõe, mobiliza e transforma a política do poder e as diferentes formas de exploração existentes no passado e que ainda hoje persistem com designações diferentes.

No presente capítulo, advoga-se a necessidade de reivindicar as epistemologias situadas da memória e as narrativas de recordação e esquecimento que influenciam o reconhecimento social, a identidade, a cultura e o progresso através do processo de descolonização da(s) memória(s) sociopolítica(s) do passado. O processo de reconhecer as formas como a memória afeta em larga escala os discursos atuais de ação e inação definidos pelas estruturas de poder dominantes tem a capacidade de produzir uma ligação no interior das sociedades e entre as sociedades, mas também uma ligação à relação do presente com o passado e, conseqüentemente, também com o futuro.

1 A política do poder da memória: infraestrutura urbana e *identidade* nacional

Em grande medida, a infraestrutura física de uma cidade reflete a história e a identidade nacionais, reproduzindo as noções hegemônicas de vitória e força necessárias à sua sustentação. O Egito ecoa a política da atribuição de nomes nas suas transformações, em nível nacional, entre monarquia e república, com o regime presidencialista e devido à influência externa pela ocupação francesa, de 1798 a 1801, e britânica, de 1881 a 1922 (que manteve alguma presença militar até 1954). A prova desta ocupação é silenciada, ou então, de certo modo, glorificada pelas elites da sociedade, como se estas tivessem convidado pessoalmente os intrusos estrangeiros e agora se orgulhem das oportunidades, do contato com línguas estrangeiras, das imposições europeias/ocidentais que foram disseminadas e do conhecimento que foi produzido naquilo que se designa por Oriente, através do olhar dos colonizadores. Ao mesmo tempo, os nomes das ruas e dos edifícios inaugurados pelos franceses ou ingleses foram substituídos por nomes árabes, que os localizam e manifestam a glorificação do orgulho nacional, seja de dinastias árabes, conquistas muçulmanas ou civilizações do Antigo Egito (nomes nos túmulos e estátuas de faraós, por exemplo, a cidade de Mênfis e a praça Ramsés). A derrota é amplamente silenciada ou suplantada por uma memória de vitória, e a colonização é apropriada, quase como se fosse algo desejável ou como se o Egito convidasse os poderes estrangeiros para o seu seio, simplificando as realidades complexas. Em *On Collective Memory*, Halbwachs (1992, p. 46, tradução nossa) descreve um adulto que tenta reconstruir o seu passado lendo de novo um livro de infância:

Que fosse continua a existir entre a ténue recordação de hoje e a impressão que guardámos da nossa infância, que sabemos que era vívida, precisa e forte. Esperamos, por conseguinte, que uma nova leitura do livro complete a vaga

memória anterior e, assim, nos permita reviver a memória da nossa infância.

De modo semelhante, a *consciência coletiva* da nação reproduz uma época idealizada, glorificada, uma sensação ou noção da época à qual os egípcios associam as suas raízes, apesar do hiato entre a era antiga e a sociedade contemporânea. De fato, os nomes e as referências ao Antigo Egito que ligam o presente a um passado mais ou menos apagado da memória, como, por exemplo, a réplica de estátuas, são *glorificados* como características de identidade, como cidadãos faraó, apesar das enormes e alienantes diferenças entre o Egito atual e o Egito de então; são eles que formulam a sua identidade, o turismo, o orgulho e a situação política como nação do Norte de África e do Médio Oriente/Árabe. A produção de memória liga-se, deste modo, às estruturas de poder nacionais e globais, incluindo o sistema legal, e à importância da memória para o fortalecimento deste processo.

Isto significa que têm de recorrer à sua memória. Mesmo quando raciocinam e argumentam, muitas vezes sem darem conta, estes juízes enquadram o seu pensamento em formatos que foram introduzidos numa data precisa e que têm o cunho de um período remoto. Isto mostra o quão profundamente o pensamento legal está influenciado pela história. Mas todas estas tradições e precedentes, todo o ritual envolvido nas formalidades da justiça, a autoridade que é indissociável de certos nomes, o prestígio de determinadas formas de argumentação — não será tudo isto um produto da própria função? (HALBWACHS, 1992, p. 140, tradução nossa).

De modo semelhante, passados mais recentes, que retratam esta situação fisicamente em espaços públicos visíveis e na infraestrutura urbana, são aclamados e honorificados. Os nomes de muitas pontes, incluindo a Ponte 6 de Outubro (que glorifica a vitória do Egito em 1973 sobre os israelitas que ocupavam a Península do Sinai) e a Rua 23 de Julho (que glorifica a revolução de 1952), refletem orgulho nacional e vitórias específicas, selecionadas para

futura recordação, ecoando o silêncio de outras perdas e derrotas perante Israel. As manifestações de vigor e orgulho militar são ostensivas em toda a cidade, que exhibe orgulhosamente museus e aviões militares numa representação física de poderio e segurança nacional. O mesmo se aplica à data 5 de junho de 1967, que marca o acontecimento *El Naksa* (calamidade ou maldição em árabe), conhecido por *Dia Naksa* ou *Youm el Naksa* (o dia do contratempo/da maldição). A vitória de Israel e a conseqüente derrota do Egito e da Síria é um motivo para glorificar a Guerra de 6 de Outubro e, adicionalmente, esta data é atualmente recordada pela reabertura do Canal de Suez a 5 de junho de 1975, refletindo uma história nacional de vencedores, em vez de vencidos, e de orgulho, em vez de vergonha e fraqueza.

2 Ocupação de espaços e produção de memórias de consciência e ação

Trouillot (1995) afirma: as presenças e ausências materializadas em fontes (artefatos e entidades que tornam um evento num fato) ou arquivos (fatos coligidos, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras, nem naturais. São criadas.

Neste ato de construir a memória e refletir sobre vitórias e perdas, estas não são “meras presenças e ausências, mas menções ou silêncios de vários tipos e graus”, acrescentando que o *silêncio* é um processo ativo de silenciamento de um “facto ou indivíduo” e que, ao fazê-lo, “se participa na prática do silenciamento” (TROUILLOT, 1995, p. 48, tradução nossa). Durante a era Mubarak, o seu nome foi glorificado em hospitais, escolas, cafés e outros museus nacionais, tal como sucedeu com o nome da anterior primeira-dama, Suzanne Mubarak, em outras organizações. Quase da noite para o dia, depois de ele ter sido afastado do poder a 11 de fevereiro de 2011, os seus honrados nomes foram removidos e substituídos,

incluindo o da estação de metro Mubarak, que recebeu o nome Al Shohadaa, que significa *mártires* em árabe, da revolução egípcia de 2011. A Praça Tahrir, cujo nome significa Libertação, que recebeu o nome da revolução de 1919 e cujo nome lhe foi oficialmente atribuído durante a revolução de 1952, foi o ponto central da revolução de 2011, altura em que também recebeu informalmente o nome de Praça dos Mártires, como ato de resistência.

A atribuição informal de variados nomes era muito ativa nas formas de expressão: a ocupação em massa dos espaços públicos, tais como praças, e a utilização de nomes poderosos transformaram as ruas da cidade no palco da revolução, mostrando a força dos números e a persistência das pessoas nas ruas, que cantavam “ergue a cabeça bem alto, és egípcio” até Hosni Mubarak ter sido afastado do poder a 11 de fevereiro de 2011. Ocupando o espaço público, “os artistas ajudaram a humanizar uma área que, durante os piores confrontos, se encontrava pejada de pedras lançadas e vidros partidos” e “as paredes da cidade tornaram-se documentos complexos, escritas e reescritas como páginas desconjuntadas da Wikipédia” (JANKOWICZ, 2016, s/p, tradução nossa), onde os cidadãos acrescentavam o seu toque de cor e a sua autodocumentada memória dos acontecimentos, das perdas e da luta contínua.

A instrumentalização do orgulho nacionalista e da cidadania distinguia a população do governante e exigia justiça social imediata. A reação do Estado às expressões de liberdade e às lutas pela emancipação denota as ameaças ao aparelho do Estado e à estabilidade nacional: “este ano já viu ataques repetidos à liberdade de expressão, tais como raides e o encerramento de espaços artísticos e de publicações” (JANKOWICZ, 2016, s/p, tradução nossa). O poder de reunir, desenhar e disseminar imagens icônicas e panfletos organiza fisicamente e demonstra a persistência da população, e a ostensiva ameaça às aparentemente intocáveis estruturas nacionais/cívicas do Egito, exibida em nível internacional, foram narrativas que contribuíram para a revolução e a tornaram

num marco histórico. A praça permaneceu ocupada como local de encontro organizado de civis e como local de protesto, e as ruas da cidade encheram-se de cor pela primeira vez. Os grafites e a arte revolucionária ocuparam as memórias de datas e vitórias anteriores com as realidades, as lutas e os atentados aos direitos humanos de hoje, em formas alternativas de expor as invisibilidades que eram reproduzidas. Apesar de serem constantemente apagados, os grafites foram documentados on-line e publicados em livros, incluindo no livro *Walls of Freedom*.

Os mártires da revolução foram glorificados pelos manifestantes, não pelo Estado, através da atribuição informal de nomes, provando o poder desta ao chamar Praça dos Mártires à Praça Tahrir e criando poderosas apresentações visuais das pessoas cujas vidas foram ceifadas. A arte e o grafite revolucionário ocuparam o espaço público e, mais de cinco anos passados desde o início da revolução, continuam a enfrentar um problema: “os murais grafitados que surgiram nas paredes do Cairo foram uma reação espontânea à revolução egípcia. No entanto, apesar da sua importância cultural, estão a ser demolidos numa tentativa de limpar a cidade [...] ou será que é para apagar o passado?”, afirma Jankowicz (2016, s/p, tradução nossa) num artigo, no jornal *The Guardian*, intitulado “Erase and I will draw again” (em português, “Apagai e eu desenharei de novo”). A luta por detrás do grafite revolucionário do Cairo refere-se especificamente aos murais no Cairo, nomeadamente na rua Mohamed Mahmoud, perto da Praça Tahrir. Este era e continua a ser um espaço de arte revolucionária, conflito e luta, e a representação gráfica da resistência que o aparelho do Estado preferiria silenciar e apagar. Ao mesmo tempo, o poder de produzir localmente narrativas de memória é manifestado na luta contra o Estado de continuar a registrá-la de formas visíveis. As ações governamentais de *limpeza* das zonas da baixa da cidade e de qualquer cor ou arte revolucionária foram tentativas de restaurar a normalidade e a ordem, bem como de ocultar eventuais ameaças ao

aparelho nacional: “Este muro é a última prova física de que houve uma revolução”, assevera Morayef, no artigo do jornal *The Guardian*. “Em termos da nossa memória nacional e da nossa história recente, estão a danificar algo que pensávamos que iria permanecer como um dos ícones tangíveis. Se formos agora à Praça Tahrir, é como se nada tivesse acontecido” (JANKOWICZ, 2016, s/p, tradução nossa). Na realidade, tem sido um espaço de reconstrução, uma luta constante entre a construção e a recolha de memória, ação e consciência social, e os poderes que a apagam e negam. A socióloga Mona Abaza (apud BOYNE, 2012, s/p, tradução nossa) afirmou:

É interessante ver a forma como o público está a reagir aos murais. Como alguns transeuntes abrandam e demoram o seu tempo a meditar sobre o que cobre as paredes. Alguns emocionam-se ao verem os retratos dos mártires. Alguns sentem a necessidade imediata de comunicar com alguém que ali se encontre. No entanto, nem todos gostam de graffiti. Também se obtêm reações muito negativas, que isto é o caos e deveria ser removido imediatamente.

O ato de redesenhar imagens e mensagens políticas poderosas, ocupando e reocupando virtualmente o espaço público e definindo informalmente as identidades e realidades das cidades e das pessoas é um ato contínuo que, conseqüentemente, continua a desafiar, ameaçar e persistir, ao mesmo tempo que é registado e marcado como ato histórico de resistência aos discursos dominantes do poder.

As instituições, em particular as universidades, representam uma controvérsia física e ideológica. O campus da Universidade Americana do Cairo (UAC), localizado na baixa da cidade, gerou controvérsia com tentativas ideológicas e académicas de reivindicar cidades e atos revolucionários, mas, na prática, apagou os murais pintados nas suas paredes: nesse mesmo campus, “numa conferência intitulada Cidades Criativas: Reenquadrando a Baixa da Cidade [em inglês: Creative Cities: Re-framing Downtown], o artista de graffiti El Teneen distribuiu uma versão do poster do evento, ao qual se

sobrepuja a frase: ‘Que criatividade há em destruir muros com graffiti revolucionários?’ [em inglês: How creative is taking down revolutionary graffiti walls?]

 (JANKOWICZ, 2016, s/p, tradução nossa). O conflito existente entre a organização deste tipo de conferências, promovendo ação e justiça social e, ao mesmo tempo, a destruição dos muros circundantes veicula as reconstruções da memória, os seus mecanismos e o aparelho de poder que tende a apaziguar, se não a condenar, atos *contra-hegemônicos*.

As violações dos direitos humanos praticadas na praça não foram silenciadas, mas sim reconhecidas e divulgadas, principalmente através das redes sociais e não através de canais de televisão ou jornais nacionais/controlados pelo governo, incluindo, desde o início, um dos principais eventos desencadeadores que serviu para unir os manifestantes. Trata-se do brutal assassinato de Khaled Said sob tortura policial: “Somos todos Khaled Said”. Seguiu-se depois a tragédia do Massacre de Maspero, que resultou na morte de 28 cristãos coptas egípcios e 212 feridos, e a batalha do Camelo. Apesar da segregação, dos meios sociais, étnicos, de classe e de infraestrutura física que marcam a divisão e a diferença (por exemplo, os muros, e o que se encontra dentro e fora desses muros, impedido de entrar), as pessoas estiveram em uníssono contra as atrocidades. É importante salientar que Maspero é o nome da união egípcia de difusão de rádio e televisão, uma fonte de notícias fulcral que influencia a ação social e a memória. Cada movimento distinguia claramente a população das forças de segurança e do Estado, e, a dada altura, obrigou a polícia a abandonar as ruas, após a amplificação das tensões sectárias. Os artistas de grafite rebateram esta situação misturando símbolos religiosos do Islão e do Cristianismo em coexistência ou *eed wahda* (uma mão/unidos). Ganzeer, um conhecido artista de grafite, transmitiu uma forte mensagem irônica retratando o Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) como uma figura amordaçada e vendada, com a legenda “Máscara da Liberdade: uma Dádiva do SCAF para os

amados filhos da nossa pátria... atualmente em estoque por tempo ilimitado!” (em inglês: Mask of Freedom: A Gift from SCAF to our beloved sons of our homeland... Currently in stock for an unlimited period!) (STEAVENSON, 2011). Apesar do reconhecimento nacional e global, Ganzeer foi preso pela distribuição de pôsteres da “Máscara da Liberdade”, o que indica a reação do governo a qualquer ameaça ou crítica que influencie as tentativas informais, os registros e os desafios à memória social coletiva por parte da população.

Apesar de não terem ocorrido mudanças drásticas desde esse dia e de as perdas terem sido muitas, é evidente que a memória da revolução de 25 de janeiro, destes nomes e datas, de movimentos como o de 6 de abril, estão ainda gravados na mente das pessoas e continuam a significar uma possibilidade de esperança. De modo semelhante, quando a Irmandade Muçulmana foi afastada do poder a 30 de junho de 2013, houve conflito sobre a respectiva designação; colocava-se a pergunta se esta seria uma segunda revolução, uma correção (ou um realinhamento) da revolução de 25 de janeiro, ou um golpe de Estado, tal como foi visto por muitos países que não estavam preparados para reconhecer uma *mudança inconstitucional de governo*.

Trouillot (1995, p. 151, tradução nossa) salienta que “a historicidade da condição humana requer também que as práticas de poder e domínio sejam renovadas” e que é “essa renovação que nos deve preocupar mais, mesmo em nome dos passados”. Nas redes sociais, o ativismo, as notícias, os nomes dos mártires, a opinião pública política e as realidades alternativas são expressas através de imagens, *hashtags* e discussões on-line. Existe potencial de transformação, mas a internet e as redes sociais são limitadas em termos de alcance e acessibilidade aos letrados, aos que têm acesso à internet, a um computador ou a meios de comunicação globais. Tal exclui todos os que não possuem essa acessibilidade, a menos que alguém escreva por eles, ou que a sua história seja

descoberta e registrada por alguém que tenha acesso. Além deste fator de exclusão, em que apenas são registradas e divulgadas as notícias das pessoas com acesso à internet, principalmente por pessoas que se exprimem em inglês ou em outra língua que não o árabe, situação de particular relevância no que toca ao palco global, há outras falhas a assinalar. A milícia por detrás de algumas organizações, incluindo organizações radicais, depende amplamente das redes sociais para controlar as discussões e espiar a oposição. A questão “quem produz que informação?” tem de ser colocada constantemente. Trouillot (1995, p. 150-151, tradução nossa) afirma o seguinte:

A autenticidade implica uma relação com o que é conhecido que duplica os dois lados da historicidade: envolve-nos como atores e também como narradores. Desse modo, a autenticidade não pode residir em atitudes perante um passado discreto mantido vivo através de narrativas. Quer invoque, reivindique ou rejeite O Passado, a autenticidade só prevalece em relação a práticas atuais que nos envolvem como testemunhas, atores e comentadores — incluindo práticas de narração histórica.

O poder de atribuir nomes e a construção e produção de memória são constantemente evidentes em canais noticiosos, em manuais de história e nas mídias. Quase sempre provém de uma perspectiva de poder específica ou, pelo menos, é facilitado e reconhecido através de uma fonte ou de um mecanismo de poder. É por estes motivos que os esforços para promover uma pluralidade de fontes de produção de conhecimento e de experiências se repercutem na sociedade de modo a expor e representar mais do que uma narrativa.

A ação da memória “da base para o topo” para uma transformação social fez-se ouvir nas redes sociais, assumindo a responsabilidade de respeitar, recordar e glorificar os mártires — uma vez que o Estado não o fez — através de artigos, discursos, grafites nos espaços onde eles lutaram e caíram, permitindo que a sua causa e

a sua luta permaneçam vivas, lado a lado com a cruel injustiça da sua morte. Os exemplos disto foram mais fortes após o Massacre de Port Said, dos confrontos de Maspero e do assassinato de Khalid Said. Adicionalmente, em resposta à cobertura das mídias em nível global e à naturalização do conflito, a utilização on-line de *hashtags* (por exemplo: *#notinmyname* [em português: *#nãoemmeunome*] por muçulmanos e árabes contra o terrorismo e a islamofobia) no ativismo induziu uma revolução em que as pessoas podem falar por elas próprias e ocupar espaços públicos (reais e virtuais) de formas gráficas visíveis provenientes de múltiplas narrativas, uma vez mais demonstrando o poder associado à atribuição de nomes.

A atribuição de nomes e o poder que a ela se associa são muito importantes na língua árabe para reproduzir crenças cognitivas, para refletir ligações sociais e para representar assuntos não seculares ou politicamente patriarcais de inclusão e exclusão. Um nome é, de certo modo, permanente e, através desta ligação aos valores tradicionais, “a sociedade de ontem e os sucessivos períodos de evolução social são perpetuados hoje” (HALBWACHS, 1992, p. 120, tradução nossa). As crenças religiosas e a tradição são uma força motriz preponderante nas sociedades árabes, em que a linha entre o espiritual e o político se confunde. A ambiguidade desta matéria e, apesar de tudo, a prevalência do Islão político na lei e na sociedade remetem para o que Halbwachs (1992, p. 120, tradução nossa) adicionalmente afirma:

Tal sucede sem dúvida porque ainda sentimos que a religião desempenha uma função na nossa sociedade, tal como em qualquer outra, e porque nos questionamos se, preocupados que estamos com outros assuntos, poderíamos simplesmente inventá-la, caso não estivesse presente. Porque respeitamos a religião e hesitamos em modificar as suas formas. Mas o mesmo se passa em relação à maioria dos elementos do passado que preservamos e de todo o sistema de valores tradicionais que — como sabemos — já não corresponde às condições atuais da lei, da política ou da moralidade.

Refletindo mais profundamente a forte ligação e o forte significado simbólico que ligam a atribuição de nomes e a religião, bem como as razões mais profundas que se associam à crença e à consciência social, “o mais importante na consciência de uma pessoa que fala é o significado das suas palavras” (HALBWACHS, 1992, p. 170, tradução nossa), na linguagem e nos sistemas de atribuição de nomes. Halbwachs (1992, p. 73, tradução nossa) refere que “parece que, em algumas sociedades primitivas ou antigas, cada família tem à sua disposição um leque limitado de nomes, entre os quais tem de escolher os nomes que pode atribuir aos seus membros”. Então, porque os nomes são atribuídos aos repertórios das sociedades, e dada a prevalência da imposição de alguns nomes, um indivíduo pode ficar “encurralado pelas suas memórias [quando] tenta, sem sucesso, amalgamar as preocupações da sociedade atual com as de grupos de tempos idos; o que lhe falta é o apoio, precisamente dos grupos que já desapareceram” (HALBWACHS, 1992, p. 73-74, tradução nossa). O poder da atribuição de nomes constitui o perigo de uma armadilha desconjuntada, um passado alienado do presente, ao atribuir nomes tanto de indivíduos como das sociedades que os rodeiam às infraestruturas urbanas. A capacidade de atribuir nomes e a memória não hegemônica podem, deste modo, refletir-se de forma poderosa na produção de representações, lutas e narrativas exatas das identidades.

A diferenciação da identidade através da seleção de nomes também é demonstrada pela contestação e pela formação da identidade, por exemplo, a tendência para mudar o nome das ruas exclusivamente para nomes árabes: a rua principal de Heliópolis, um bairro de classe alta no Cairo que tinha recebido o nome do seu fundador, o barão Empain, designa-se agora Elnazih Khalifa. Um argumento que também se utiliza neste contexto é o do nacionalismo *vs.* ocupação estrangeira. Qualquer pessoa que defenda a preservação do nome original da rua é considerada, de certa forma,

traidora. A cidade encarna a história nacional do país, escrita por poucos, refletindo-a e revivendo-a ao fazê-lo.

Uma vez que as pessoas acabam sempre por morrer, uma sociedade feudal tem de se regenerar continuamente através de uma renovação constante de homenagens, através de novos méritos e atos de coragem. Não basta colocar material novo em estruturas antigas. Visto que as próprias pessoas e as suas ações — e a memória dessas ações — constituem a estrutura desta vida social, estas estruturas desaparecem quando as pessoas e as famílias em questão desaparecem. É, por conseguinte, necessário reconstruir outras estruturas, do mesmo modo e seguindo as mesmas linhas, que todavia não terão exatamente a mesma forma ou o mesmo aspeto (HALBWACHS, 1992, p. 124, tradução nossa).

A reprodução da memória ou do legado está, assim, associada ao poder de atribuir nomes e às implicações sociais que tais estruturas hegemônicas produzem e reproduzem, reivindicando dessa forma uma identidade através do completo silenciamento e da contestação de outra, de modo a refletir os fortes laços políticos, religiosos e nacionalistas que unem a sociedade política e social egípcia. Os discursos de exclusão na vida social e política cotidiana são evidentes nas representações da história e na recusa em escapar a certos passados inalienáveis. No entanto, são também visíveis em termos de questões de direitos humanos relativas a visibilidades, existência, cidadania, silêncios e na necessidade de dispositivos de memória transformativos, para que outros sons e identidades sejam ouvidos e definidos, em vez de estarem sujeitos às mesmas repetições constantes que levam diretamente aos padrões societais de produção, transformação e desenvolvimento.

Conclusão

A discussão teórica sobre a produção de discurso e a memória, enquanto mecanismo que reflete diretamente e molda a consciência e a ação social, foi usada para explorar os elementos de identidade

encontrados nas ruas e nos espaços públicos do Cairo. O poder associado à atribuição de nomes e à utilização de datas provenientes de recordações hegemônicas do passado político, além de fortes afiliações religiosas, espelham o orgulho nacional do país e a sua noção de ordem, identidade e orgulho glorificado. Apesar de o presente capítulo se centrar no nível nacional, as influências da esfera global na representação de histórias, no sofrimento pelas perdas e no reconhecimento da diversidade numa região mais alargada árabe e do norte de África, permanecem questionáveis. Os discursos de produção de conhecimento e a naturalização do conflito, da revolta e da agitação na região, evidente nas reações, na cobertura e na discussão por parte dos noticiários, não fazem justiça nem às identidades individuais das pessoas nem à política de memória transformativa das respectivas sociedades. A trajetória do mapeamento histórico da recordação e do esquecimento, silenciando o passado, continua a revelar e a ocultar informação e narrativas a partir de um ponto de poder hegemônico. O que é pré-europeu não é pré-história, e o que é pré-colonial não ocorreu antes da existência da humanidade. A escrita, a verbalização e a produção de narrativas estão em constante crescimento, em especial na era das redes sociais, com o aumento do ativismo e um palco global de discussão mais alargado. As diferenças atraem mais ódio, mas isso deve-se à alienação anterior do dito “outro”. As redes sociais e a internet colocaram uma comunicação mais rápida ao alcance de uma audiência mais vasta, permitindo que os produtores de narrativas aumentem, apesar de ainda estarem limitados pela capacidade de falar e comunicar em inglês ou em outra língua, ler e escrever em árabe, ter acesso à internet, ter computador.

Ainda assim, as palavras e as narrativas estão a ocupar justamente os espaços que antes estavam contra elas, seja nos espaços públicos urbanos, como, por exemplo, a presença de mulheres e homens na Praça Tahrir durante a revolução egípcia, ou através de meios acadêmicos e outras fontes de produção de conhecimento,

ocupando espaços para se definirem e divulgarem a si próprias e às suas necessidades, ou nas mídias a partir de *baixo*, confrontando as acusações do discurso dominante, a islamofobia e os silêncios gritantes perante atrocidades e massacres, dependendo da sua localização geopolítica. Sinalizadores adequados de memória e da luta civil retratariam com maior exatidão a diversidade da oposição aos mecanismos formais do Estado e aos silêncios de impotência não documentados. A necessidade de uma memória multidimensional para reconhecer e unir segregações (nacionais, regionais, árabes, africanas, sul-sul, norte-sul) num palco de memória não isolado seguiria ultrapassando hiatos e alienações com atos de solidariedade e uma política de conexão. Revelar e reivindicar aquilo que se tem feito (desa)parecer silencioso é necessário para contestar em nível nacional e global as histórias imutáveis da mentalidade de vencedores e vencidos, que não existem só no Egito, mas em cidades que foram colonizadas e também em cidades de colonizadores, onde continuam a reprimir realidades.

A história e a memória têm de ser reconhecidas e instrumentalizadas como coisas de futuro, em vez de pertencentes a um passado imutável e repetitivo para facilitar uma construção mais exata de definições, interesses societários, representações e progresso dos direitos humanos. A era da resistência depende de o poder associado à atribuição de nomes e a memória de passados e futuros serem reivindicados por vozes contra-hegemônicas, que nem sempre concordam com os mecanismos formais de conhecimento (e repressão). A apropriação das narrativas e definições numa tentativa de fazer parte da reconstrução da identidade e da memória é um processo coletivo e contínuo de emancipação social. Os esforços gráficos e visíveis que refletem as preocupações e lutas reais dos cidadãos foram e continuarão a ser incluídos como sinalizadores adequados de construção da memória e de transformação societária, moldando e transformando o dispositivo de repressão e os silêncios destrutivos dos cânones dominantes de produção da história.

Apêndice

FIGURA 1 – “Máscara da Liberdade”, de Ganzeer



“Máscara da Liberdade”, de Ganzeer, descrevendo o SCAF (Conselho Supremo da Forças Armadas), que assumiu o governo do Egito desde o afastamento de Mubarak, em fevereiro de 2011. Ganzeer, que em árabe significa *corrente*, é um pseudônimo utilizado pelo artista, que ganhou fama e reconhecimento no Egito e em nível internacional. Um corajoso protagonista na arte e no design de rua que, reagindo aos tempos e aos assuntos, foi reconhecido pelo *The Huffington Post*, que o colocou numa lista dos “25 artistas de rua de todo o mundo que estão a abalar a arte pública”, enquanto *Al-Monitor.com* o colocou numa lista das “50 pessoas que moldam a cultura do Médio Oriente” (WIKIPEDIA, 2018, s/p).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYNE, Roy. **Interview with Mona Abaza on Graffiti and the Egyptian Revolution**. 2012. Disponível em: <<http://www.theoryculturesociety.org/interview-with-mona-abaza-on-graffiti-and-the-egyptian-revolution>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

DARWISH, Mahmoud. **Memory for Forgetfulness**. August, Beirut, 1982. Berkeley, CA: University of California, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

JANKOWICZ, Mia. **“Erase and I Will Draw Again”**: the struggle behind Cairo’s revolutionary graffiti wall. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2016/mar/23/struggle-cairo-egypt-revolutionary-graffiti>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory**: remembering the holocaust in the age of decolonization. Stanford, CA: Stanford University Press, 2009.

STEAVENSON, Wendell. **Revolution in Cairo**: a graffiti story. 2011. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/news/wendell-steavenson/revolution-in-cairo-a-graffiti-story>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**: power and the production of history. Boston, MA: Beacon, 1995.

WIKIPEDIA. **Ganzeer**. 2018. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Ganzeer>>. Acesso em: 15 mar. 2018.